

**PARA LER A ÁSIA NO MUNDO DE HOJE:
PUBLICAÇÕES GLOBAIS SOBRE ÁSIA E POLITICAS
DE CIRCULAÇÃO DE CONHECIMENTO**

*Cláudio Costa Pinheiro**

Em geral, resenhas bibliográficas se dedicam a um livro ou, quando muito, a um conjunto restrito de publicações que lida com um assunto específico, como no caso dos ensaios bibliográficos (*review essays*). Recebi o convite do editor de resenhas desta revista para apresentar um livro, justamente no momento em que eu fazia parte no júri do prêmio de melhor livro do mundo sobre a Ásia (edição 2014-2017), promovido pela Associação Internacional de Pesquisadores de Ásia (ICAS).

Resultou que a resenha se converteu em um artigo analítico que procura compartilhar com os leitores da *Afro-Ásia* — o periódico mais antigo da América Latina sobre essa temática — observações sobre um quadro amplo das publicações sobre a Ásia no último triênio, como uma oportunidade para explorar algumas questões em torno da geopolítica internacional de produção e circulação de ideias sobre aquela região.

O processo de premiação de títulos e autores do ICAS Book Prize (IBP), o Prêmio de Livros da ICAS, é longo e intenso. Entre a composição do júri, o recebimento dos títulos concorrentes e a decisão dos premiados transcorreu cerca de um ano — iniciando-se em 2016 e terminando com a cerimônia de premiação durante a 10ª Reunião da ICAS, na Universidade

* Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e diretor do Programa Sephis, Holanda. pinheiro.claudio@gmail.com; c.pinheiro@sephis.org
Agradeço a João José Reis pelos comentários a uma primeira versão deste artigo.

de Chiang Mai, norte da Tailândia, de 20 a 23 de julho de 2017. Tecnicamente, o procedimento decisório é simples. O secretário-geral da ICAS atualiza listas com novos títulos selecionados e eliminados (de acordo com os critérios do concurso) e os jurados revelam: 1) uma longa lista com quinze títulos selecionados (três meses antes do resultado final); 2) uma lista curta, com os cinco melhores livros (dois meses antes do resultado final); e 3) finalmente, o *ranking* dos premiados (incluindo várias menções honrosas), junto com uma resenha sobre cada laureado (seis semanas antes). O resultado final só é divulgado durante a convenção da ICAS.

Ao longo dos meses nos quais transcorre o processo, uma das satisfações era receber caixas com os livros vindos de várias partes do mundo e descobrir o que havia dentro. Mas a euforia terminava quando se percebia que, no fim das contas, o número de volumes enviados pelas editoras chegava a 352! Mas claro que um jurado não lê tudo isso, só a metade... O júri é dividido em dois comitês — o de Ciências Sociais e o de Humanidades — compostos por dois leitores cada. Isso dá uma média de 170 livros para cada uma das duplas enfrentar em pouco mais de três meses. Não é pouco trabalho e exige boa organização e diálogo entre os avaliadores — no caso do Comitê de Ciências Sociais, incluiu trocas de *e-mails* e longas conversas eletrônicas tarde da noite ou cedo pela manhã com a colega antropóloga nepalesa Tina Shrestha, baseada na Universidade Nacional de Singapura, com quem a diferença de fuso horário chegava a 13 horas.

Aprende-se muito participando de uma empreitada dessas. Quais os novos títulos e autores que aparecem no cenário; quais editoras, temas e regiões têm maior presença internacional de publicações sobre a Ásia; que estratégias determinados editores, universidades e pesquisadores desenvolvem para manter-se mais visíveis ao longo do tempo; e, fundamentalmente, sobre o histórico e a estrutura atual do campo internacional de Estudos Asiáticos. Por um lado, analisar essa produção bibliográfica permite conhecer artificios de autores e editores para produzir publicações acessíveis, que conquistem leitores especialistas e não especialistas e, eventualmente, que ganhem prêmios — o que pesa no currículo dos intelectuais e das editoras. Por outro lado, observar uma premiação como essa revela muitíssimo dos processos de construção de hegemonias in-

telectuais, como também as estratégias institucionais promovidas pela Associação Internacional de Pesquisadores de Ásia para dar visibilidade e amplitude à região, no sentido de reverter uma tendência *nortecêntrica* que caracteriza os estudos de área como um todo.¹

Sobre os títulos e os autores premiados

E quais foram as prioridades na eleição dos títulos selecionados como melhores publicações do mundo sobre a Ásia em 2014-2017? O que está em jogo nessas escolhas? Antes de esclarecer isso, uma ressalva é importante logo de início: evidentemente, o conjunto de livros recebidos para avaliação reflete uma amostra incompleta do que se produziu no mundo inteiro sobre a Ásia nos últimos três anos. Nosso universo de análise se compõe de publicações espontaneamente enviadas por editoras (jamais pelos próprios autores, como advertem as regras do concurso) para o secretariado da ICAS na Holanda, a quem cabe a organização dos títulos recebidos. Também fica de fora a produção que circula a partir de periódicos, o que, para qualquer campo científico, representa, hoje, o espaço institucional de maior pujança e visibilidade em termos de divulgação da produção científica. Nosso universo estava restrito aos livros.

Os jurados são instruídos quanto aos critérios básicos de avaliação e quanto às regras do concurso, que transcorre em completo sigilo. Não obstante, cada constelação de leitores-avaliadores é mais sensível a determinados temas e agendas do que a outros, e isso influencia decisivamente a seleção dos premiados. Entretanto, foi consenso dos dois júris que, para além dos títulos laureados, outros trinta ou quarenta livros estariam igualmente aptos a receber algum tipo de premiação ou menção, já que o nível da produção internacional é bastante alto e competitivo.

Como em qualquer concurso, pesam, primordialmente, na premiação, aspectos que destacam a qualidade da publicação: a fluidez

¹ Raewyn Connell, *Southern Theory*, Sidney: Allen & Unwin, 2007; Raewyn Connell, “Sociology for the Whole World”, *International Sociology*, v. 26, n. 3 (2011), pp. 288-91; Wiebke Keim, “Social Sciences Internationally: The Problem of Marginalization and its Consequences for the Discipline of Sociology”, *African Sociological Review*, v. 12, n. 2 (2008), pp. 22-48; Wiebke Keim, “Counterhegemonic Currents and Internationalization of Sociology: Theoretical Reflections and an Empirical Example”, *International Sociology*, v. 26, n. 1 (2011), pp. 123-45.

do texto, a profundidade da pesquisa, a originalidade e a relevância do tema, a representatividade da região, a qualidade editorial etc. Igualmente, questões de criatividade e inovação, o impacto positivo e o poder de transformação que essas publicações laureadas podem oferecer ao contexto geral do campo de Estudos Asiáticos, foram elementos-chave para nossa decisão. Em outro nível, ainda, a premiação cumpre um papel importante ao destacar trabalhos de alta qualidade que interessam diretamente a asianistas, assim como deverão interessar a não asianistas, tornando o campo menos isolado — condição estrutural dos *estudos de área*, como chama a atenção William van Schendel.²

Ademais, para os avaliadores do Comitê de Ciências Sociais, pesou decisivamente uma atenção às temáticas dos Estudos Asiáticos relevantes para a Ásia e na Ásia — antes do que priorizar aqueles textos (igualmente excelentes) que observavam a Ásia desde agendas temáticas ou abordagens mormente relevantes para contextos ocidentais. Finalmente, foram fundamentais olhares criativos em termos de propostas metodológicas inovadoras e a promoção de abordagens teóricas revigoradas, que respeitassem as discussões contemporâneas sobre o lugar da Ásia no *mainstream* da teoria social internacional. Essas dimensões não podem ser negligenciadas na consideração ao debate em torno da chamada *virada epistemológica*, que ressalta a importância do respeito aos ecossistemas epistêmicos locais e regionais na produção de análises científicas críticas. Apenas para que fique claro, essa ênfase não é um manifesto de defesa de um regionalismo ou nacionalismo analítico. Ao contrário, é um convite ao respeito a questões que, no fim, influenciam os processos renovados de cognição na Ásia e sobre a Ásia. Nesses termos, tanto há autores não asiáticos que vêm produzindo pesquisas críticas e engajadas sobre a Ásia, como autores asiáticos produzindo investigações eurocêntricas sobre seu próprio continente, país ou região — portanto, a origem nacional do autor ou da editora não garantem um compromisso com um pensamento autônomo e renovado sobre a região.

Em 2017, foram eleitos os melhores livros sobre a Ásia: *Before Boas: The Genesis of Ethnography and Ethnology in the German Enli-*

² Willem van Schendel, “Geographies of Knowing, Geographies of Ignorance”, *Environment and Planning: Society and Space*, n. 20 (2002), pp. 647-68.

ghthenment, de Han Vermeulen, especialista na história da Antropologia do Instituto Max Plank de Halle (University of Nebraska Press, 2015), pelo Comitê de Ciências Sociais; e *Writing Technology in Meiji Japan: A Media History of Modern Japanese Literature and Visual Culture*, de Seth Jacobowitz, professor em Yale (Harvard University Press, 2015), pelo Comitê de Humanidades.

Apenas para que os leitores tenham uma ideia da natureza de alguns desses textos laureados, e falando apenas do Comitê de Ciências Sociais: *Before Boas* parte um acúmulo de trinta anos de investigações sobre a gênese e o desenvolvimento de tradições etnográficas alemãs, desde o período que vai do Iluminismo germânico do século XVIII, quando se escrevia sobre “todos os povos” (incluindo europeus), traçando e consolidando conceitos-chave, por escolas de pensamento e nomes que tiveram um lugar central na trajetória da Antropologia e da Etnologia do mundo germanófono, até Franz Boas. Pesaram na decisão, além da qualidade da pesquisa e do texto, o aspecto de o *mainstream* da teoria antropológica internacional ainda ser mais suscetível a tradições de etnografias anglofônicas e francofônicas³ (consolidadas a partir da observação do “outro” na África, Ásia, Sudeste Asiático e América do Sul), o que faz de *Before Boas* um livro-chave para a história de trajetórias menos consagradas da disciplina, analisando o Leste do continente europeu, a Rússia e a Sibéria.

O Comitê de Ciências Sociais premiou outros 14 livros entre as melhores publicações desse triênio, além de conferir menções honrosas. Em segundo lugar ficou *Forests Are Gold: Trees, People, and Environmental Rule in Vietnam*, de Pamela McElwee (University of Washington Press, 2016), que argumenta que diferentes “gestões de meio-ambiente” no Vietnam espelharam distintas compreensões do conceito de “natureza”, em diferentes períodos históricos. McElwee demonstra brilhantemente como o desenvolvimento de políticas de gestão de florestas esteve desde sempre intimamente ligado à gestão de grupos populacionais — herdeira,

³ Sobre esse debate, ver Jack Goody, *The Expansive Moment: Anthropology in Britain and Africa, 1918-1970*, Cambridge: Cambridge University Press, 1995; Mary Douglas, “If the Dogon”, *Cahiers d'études africaines*, v. 7, n. 28 (1967), pp. 659-72; Georges Balandier, *As dinâmicas sociais: sentido e poder*, São Paulo: Difel, 1976, pp.166-82.

em parte, da agenda dos séculos XIX e XX, sobre a promoção do desenvolvimento estar ligada, em primeiro lugar, à administração de territórios coloniais e suas riquezas e à tutela de populações. O livro parte da Antropologia, articulando olhares de ecologia política, estudos pós-coloniais e teorias de ator-rede, observando narrativas de políticas de meio ambiente sobre desmatamento e reflorestamento, não como disrupção, mas como continuidade de diferentes configurações na relação entre natureza e cultura. É extremamente inspirador para o debate latino-americano, que se coloca em termos semelhantes, desde pelo menos o século XIX, na relação entre natureza e povos nativos e que ganha novo fôlego com as renovadas contribuições do chamado perspectivismo ameríndio, que chacoalha a teoria antropológica atual.

Já *Shanghai Homes: Palimpsests of Private Life* (Columbia University Press, 2015), de Jie Li, apresenta uma contribuição de caráter interdisciplinar metodológica e teoricamente inovadora que servirá de inspiração para outras empreitadas em Ciências Sociais lidando com micro-histórias, memórias familiares e autoetnografia. Recorrendo a desenhos, fotografias, mapas, relatos, conversas e fontes da administração oficial, *Shanghai Homes* investe em estratégias para observar a vida privada a partir da análise de artefatos, da disposição do espaço físico (doméstico e urbano) e da fofoca, observando o colapso de sua própria comunidade e seu espaço, pela demolição de vielas e bairros de Shanghai, da dissolução de comunidades e do desaparecimento de lembranças de seus antepassados.

Em quarto lugar, *Fiction's Family: Zhan Xi, Zhan Kai, and the Business of Women in Late-Qing China* (Harvard University Asia Center, 2016), de Ellen Widmer, explora a trajetória de uma família de escritores do fim da dinastia Qing, considerando o relacionamento entre dois irmãos e seus pais refletido na literatura que cada um dos membros da família produz. Widmer produz uma análise sofisticada das trajetórias individuais, gêneros literários e temas desenvolvidos pelos membros da família, ao mesmo tempo em que cria pontes analíticas com o período histórico do fim da dinastia Qing, organizado a partir de eixos como geração, ciclos de vida, indivíduos e, mais importante, do gênero como variável analítica central, já que os irmãos (ambos homens) produzem

sob pseudônimos femininos uma literatura romântica e de concubinato para consumo exclusivo de um público masculino.

Finalmente, William Peterson, em *Places for Happiness: Community, Self, and Performance in the Philippines* (University of Hawai'i Press, 2015) explora atividades, práticas e experiências performáticas para deslindar a interconexão entre interioridade e relacionamentos intersubjetivos no imaginário cultural de Filipinas contemporânea. Recorrendo a “danças de rua” (*street dancing*) como dispositivo para analisar o processo de criação de sentidos regionais e nacionais e da diáspora filipina, Peterson observa como a construção de uma “cultura da felicidade”, expressa a partir das festividades, é experimentada, expressa e performatizada por seus participantes. O texto passeia entre uma etnografia engajada, associada a enquadramentos e interpretações antropológicas e sociológicas em diálogo com aproximações psicológicas e fenomenológicas para o estudo de *embodied performances*.

Ademais desses cinco principais premiados, o Comitê de Ciências Sociais ainda estende o prêmio de melhor livro para outros dez textos e mais seis menções honrosas que lidam com diversos temas. Não foram poucos, por exemplo, os trabalhos explorando formas de etnografia, de resto uma fronteira definidora da prática antropológica também nos Estudos Asiáticos. Nessa temática, premiamos excelentes trabalhos de Antropologia histórica; etnografias clássicas reeditadas e revisadas; etnografias dos usos sociais do corpo em situações-limite (como “barrigas de aluguel” na Índia contemporânea); reflexões sobre a prática do trabalho de campo e da etnografia quando antropólogos(as) estão acompanhados(as) de seus filhos(as) etc. Em comum a todos esses trabalhos, uma ênfase bastante marcada por formas de autoetnografia (tomadas a partir de eixos como parentesco e situações de deslocamento inesperado dos etnógrafos a novas regiões e configurações étnicas, a partir de casamentos). A esses trabalhos se juntam discussões renovadas sobre domínios clássicos do campo de estudos sobre a Ásia, como China, Coreia ou Vietnam antigos, observados a partir da política, da medicina tradicional, do comércio, por exemplo. Assim, foram enviados trabalhos de discussões sobre a constituição da alteridade na China antiga; formas de legitimação da autoridade da aristocracia e da realeza na Tailândia contemporânea; estudos sobre medicina vietnamita budista

clássica; sexualidade e políticas do gênero na Indonésia contemporânea; e migração e democracia política nas Filipinas.

Juntos, os Comitês de Ciências Sociais e de Humanidades laurearam, apenas em inglês, quase cinquenta títulos de autores e editoras asiáticas e internacionais, com prêmios principais e/ou menções honrosas — em categorias como: qualidades editoriais excepcionais; melhor livro para um público de especialistas; título mais cativante para uma audiência de não especialistas; melhor título para uso em docência; título com tópico mais inovador; menção pelo melhor volume organizado. Além dos livros, premiações e menções honrosas para publicações sobre a Ásia em língua alemã, coreana, chinesa, japonesa e francesa totalizam outros 21 títulos — cada uma dessas publicações é avaliada por comitês independentes. Atribui-se ainda o prêmio de melhor livro, a partir de uma escolha livre dos participantes da ICAS 2017, que coube ao ganhador Adams Bodomo (Professor de Estudos Africanos da Universidade de Viena), *Africans in China: Guangdong and Beyond* (Diasporic University Press of New York, 2016). De resto a diáspora africana na China contemporânea tem sido uma temática a concentrar a atenção de cientistas sociais europeus, asiáticos e africanos nos últimos anos. Finalmente, laureamos ainda teses e dissertações inéditas que trataram da Ásia, defendidas no último triênio no mundo todo, o que dá ao Prêmio de Livros da ICAS uma amplitude realmente significativa não só no contexto internacional dos Estudos Asiáticos, mas também das Ciências Sociais como um todo.

O universo de livros sobre Ásia entre 2014 e 2017

Mas a intenção deste artigo não é apenas discorrer sobre o processo de premiação, senão tomar o Prêmio de Livros da ICAS para refletir sobre como a coleção de publicações recebidas nesse triênio permite observar o quadro internacional dos Estudos Asiáticos e, finalmente, refletir sobre o lugar periférico das instituições de pesquisa do Sul Global no contexto internacional de Estudos Asiáticos, em particular na América Latina e na África.

E o que se pode depreender dessa coleção de publicações? Em primeiro lugar, podemos identificar o livro típico da Ásia, ou seja, quais

as características gerais dos textos e editoras mais visíveis e poderosas, o trabalho de edição e estratégias de apresentação dos livros, entre outros aspectos. Em segundo lugar, qual o conteúdo de um livro da Ásia em termos de temas mais recorrentes, recortes cronológicos mais populares, regiões mais e menos representadas, abordagens desenvolvidas em termos de metodologias e estratégias discursivas, aportes teóricos, entre outros aspectos.

De maneira resumida, o livro da Ásia típico publicado nesse triênio é volumoso, escrito por um homem, fala sobre a Ásia contemporânea (isto é, majoritariamente, do século XX e da passagem para o XXI), dedica-se sobretudo à Ásia do Leste (o que no Brasil se chama de Extremo Oriente) ou ao Sudeste Asiático — nomeadamente a China, a Indonésia e suas respectivas esferas de influência geopolíticas e culturais. Em termos temáticos, há preferências por: diásporas populacionais, ecologia e meio ambiente, cidades (formas de vida e culturas urbanas), gênero, parentesco, política (e questões de democracia) e religião (em particular, associadas a matrizes políticas), entre outros grandes temas orientados a partir de alguns eixos centrais como cultura, economia e desenvolvimento.

Essas publicações investiram fortemente em formatos de apresentação (qualidade de publicação dos textos, capas, gráficos, ilustrações), bem como em metodologias criativas e inovadoras. Não obstante, e curiosamente, ao observar esses livros alguém pode supor que, em termos de contribuições teóricas, o debate sobre a Ásia parece passar razoavelmente ao largo das recentes renovações críticas produzidas pela Teoria Social internacional contemporânea — incidindo sobre a geopolítica da produção de conhecimento ou questões como epistemes e ontologias não ocidentais.⁴

Em geral, escreveu-se muito sobre a Ásia nesse triênio. Isso não se reflete apenas no número recorde de livros que concorreram, em comparação com outras edições do Prêmio de Livros da ICAS, quanto em relação à dimensão dessas publicações. Em média, os livros tinham mais de 330 páginas (o primeiro prêmio dado pelo Comitê de Ciências Sociais possuía 720 páginas!), dividindo-se, basicamente, entre pesquisas

⁴ Exceção importante é o livro de Leigh Jenco (org.), *Chinese Thought as Global Theory: Diversifying Knowledge Production in the Social Sciences and Humanities*, Nova York: Suny Press, 2016.

monográficas (individuais ou coautorais), volumes organizados ou livros de divulgação (*textbooks*).

Tabela 1 - Publicações em Ciências Sociais sobre a Ásia no período 2014-2017, submetidas à versão 2017 do Prêmio de Livros da ICAS

| Publicações em Ciências Sociais, 2014-2017 | |
|---|-----|
| Monografias | 97 |
| Coletâneas | 46 |
| Livros de divulgação | 3 |
| Total | 146 |

Fonte: Elaboração do autor.

Em Ciências Sociais, a publicação típica ainda é a monografia (65% do que lemos) produzida a partir de uma investigação longa e detida, mas divide lugar com um número surpreendente de coletâneas (32% do total). Ou seja, além de representarem quase a metade do número total de monografias, as coletâneas somaram um terço dos livros recebidos pelo Comitê de Ciências Sociais, o que merece alguns comentários.

Além do furor editorial por coletâneas indicar uma premência internacional por publicar a qualquer preço e o mais rapidamente possível, o número elevado de livros organizados pode indicar uma série de outros aspectos, positivos ou negativos. Não é demais salientar que nem todas as coletâneas eram de boa qualidade e que a obsessão desvairada pela publicação que assola a academia internacional (que faz vender livros e valorizar carreiras, muitas vezes de qualidade duvidosa) vem impactando negativamente o mercado de produção de ideias, a ponto de afetar não apenas sua qualidade, mas, fundamentalmente, sua capacidade de produzir renovação (de temas, metodologias e teorias que orientem o debate), tanto quanto de investir na criatividade da produção no campo de Estudos Asiáticos.

Parte significativa desses livros organizados e coletâneas resulta de grupos de trabalho (*working groups*) que se reúnem regularmente em associações de classe (como a própria ICAS ou a American Association of Asian Studies (AAAS) e outras), de pesquisadores que se encontram

esporadicamente em seminários temáticos específicos, ou é fruto de financiamentos de grande monta que permitiram a organização de coletivos em torno de uma temática ou eixo teórico (muitas vezes comparando regiões internas da Ásia ou a Ásia com outros contextos globais, nesse caso quase exclusivamente a Europa e os Estados Unidos). Nesses casos, e salvo honrosas exceções, as coletâneas configuram produtos obrigatórios de financiamentos de pesquisa, funcionando mais como registros de atividades do que propondo um real desafio ao *establishment* acadêmico. Índice também de que os capítulos nessas coletâneas podem não estar encontrando acolhida em periódicos acadêmicos internacionais (especializados em Ásia ou não), onde, provavelmente, teriam maior visibilidade e seriam objeto de um debate mais central ao campo de estudos em pauta.

Importa notar que monografias e volumes organizados diferem em aspectos que vão desde os modelos analíticos, o público-alvo, as contribuições teórico-metodológicas que propõem, apresentação gráfica, entre outros. Em termos gerais, há uma certa divisão entre temas quase exclusivos de trabalhos monográficos e de coletâneas — e mesmo quando coincidem, a forma de explorá-los difere de maneira importante.

Assim, é relevante notar que alguns temas mais populares nas pesquisas e publicações sobre a Ásia só são editados sob a forma de coletâneas, e quase nunca como volumes autorais produzidos a partir de pesquisas monográficas aprofundadas — como é o caso da maioria dos textos sobre, por exemplo, sexualidade, estudos *queer* e políticas de gênero; migrações e mobilidade; política, democracia e estudos internacionais. De fato, alguns eixos temáticos são quase exclusivamente publicados nas coletâneas, o que fala de uma indisposição do campo por estudos mais aprofundados a respeito de determinados assuntos e de uma preferência por textos mais ligeiros (nem sempre superficiais), lidando com temas que relacionam a Ásia ao Ocidente em detrimento daqueles dedicados a questões centrais da vida social do continente. Certamente, também pesa nesse quadro que esses temas possuam um apelo importante a uma audiência e uma agenda não acadêmicas, sendo populares e consultados por *policy makers*, profissionais de ONGs, políticos, conselheiros de fundações filantrópicas, entre outros leitores, para quem coletâneas publicadas por grandes editoras são certamente mais acessíveis do que periódicos acadêmicos especializados.

Contribui, ainda, para o diagnóstico de que grande parte das coletâneas sobre Ásia falam mais de agendas e interesses ocidentais do que asiáticos, o fato de que, na sua maioria, essas publicações vieram à luz por meio de editoras ocidentais, com exceção de duas ou três grandes casas editoriais de países asiáticos onde há um mercado de leitores mais estruturado (como Cingapura, Hong Kong, Malásia ou Índia).

Já as monografias apresentam outro perfil. Algumas são extremamente inovadoras, em que pese serem esses, em muitos casos, os primeiros livros de alguns autores (normalmente a publicação de suas teses de Doutorado), o que justifica serem trabalhos mais experimentais, extensos e que apresentam abordagens mais criativas, olhares refrescados sobre temáticas já aparentemente esgotadas e novas possibilidades de revisão do quadro geral de temas que caracterizam os Estudos Asiáticos de forma global. Algumas monografias denunciam o uso de metodologias de pesquisa financeiramente dispendiosas, com o recurso a enormes equipes de assistentes, a laboratórios de digitalização de informações etnográficas e altos custos de impressão.⁵

Em paralelo, é interessante notar uma quantidade não desprezível de reedições atualizadas de importantes obras clássicas, o que fala de uma arena intelectual interessada em revisitar seus textos formadores a partir de agendas contemporâneas. A maioria dessas reedições corresponde a trabalhos quase totalmente revisados, com acréscimos de vários capítulos, trechos de entrevistas com seus pesquisados e incorporação da correspondência com orientadores ou revisores — características que premiam os leitores com uma visão mais aprofundada sobre as circunstâncias da confecção daquelas obras.⁶

⁵ *Sidewalk City*, de Annetete Miae Kim, por exemplo, etnografa os usos sociais de calçadas na cidade de Ho Chi Minh, capital do Vietnã, a partir do uso de imagens de satélite e da mensuração gráfica da permanência de vendedores, transeuntes e demais indivíduos e grupos naqueles espaços da cidade e momentos do dia, designando momentos de lazer, alimentação, comércio etc. Já o fantástico livro de Jie Li, *Shanghai Homes*, usa fontes de microarquivos familiares (fotografias, cartas, relatos e até desenhos pessoais de parentes ou vizinhos) para acompanhar as transformações na arquitetura doméstica e nas formas de uso das casas de Shanghai, ao longo do século XX.

⁶ *Temiar Religion*, de Geoffrey Benjamin, por exemplo foi uma monografia originalmente publicada em 1967, sobre os temiar das terras altas da Malásia, uma região de difícil acesso e aceitação junto ao grupo. Causou algum impacto nos anos 1960, devido à temática do livro, mas a edição de 2014 traz capítulos novos e capítulos revisados, além de um prefácio de James Scott, introduzindo o livro e explicando sua importância. Mais relevante de tudo foi a inclusão da correspondência privada entre

Os temas das monografias variam consideravelmente, mas, em comum com as coletâneas, há um interesse nos estudos urbanos (que, de resto, comparece em número expressivo nas coletâneas) e o tensionamento entre formas urbanas de habitar e políticas de Estado, associadas a temáticas como criminalidade, cultura *pop* ou religião, especialmente na China, Malásia e Indonésia. Como se poderia esperar, várias dessas monografias correspondem a formas de etnografia (em especial de autoetnografias) que tratam de temas como parentesco, gerações, grupos sociais e étnicos. Igualmente, não são poucos os trabalhos de Antropologia Histórica que lidam com a gênese de formas do fazer e da escrita etnográfica desenvolvidas a partir do colonialismo europeu na Ásia. Algumas poucas monografias apresentam-se como trabalhos coautorais, embora, de fato, sugiram ser coletâneas de artigos — às vezes já publicados em periódicos — costurados ao redor de um tema.

Observando o quadro mais amplo, e ainda pensando na geopolítica da produção editorial sobre a Ásia, vale ressaltar que a representatividade de gênero nas publicações é um dado interessante. Há um número expressivo de bons livros que, se não lidam com gênero como tema central, incorporam essa variável fundamental, o que fala da consolidação de eixos analíticos das Ciências Sociais internacionais reverberando no continente asiático. Cabe, ademais, ressaltar que entre os títulos de Ciências Sociais, pouco mais de 40% das autoras são mulheres, contra quase 60% de autores homens, o que, se não é o desejado em termos de equidade de gênero, é muito mais próximo de um ideal do que em outras áreas do conhecimento.

E como essas publicações reverberam representações da Ásia em termos geográficos e espaciais? Em um conjunto de mais de trezentas publicações, é de se notar que três regiões concentram o maior número de textos: a Ásia do Leste (o Extremo Oriente), o Sudeste Asiático (in-

Geoffrey Benjamin e seu então orientador, Edmund Leach, na qual dialogam sobre os achados do trabalho de campo e as pretensões de Benjamin quanto à envergadura teórica que pretendia dar ao livro. Esse é o mesmo caso dos trabalhos de P. Andersen e Soren Santosh, *The Bodo of Assam. Revisiting a Classical Study from 1950 by Halfdan Siiger*, Copenhagen: NIAS Press, 2015; ou, de Peter A. Jackson, *First Queer Voices from Thailand: Uncle Go's Advice Columns for Gays, Lesbians and Kathoeijs*, Hong Kong: HKU Press, 2016.

cluindo a confederação dos ASEAN) e a Ásia do Sul.⁷ Espaços como a Ásia Central ou o Norte do continente continuam sem chamar tanta atenção de editoras comerciais e universitárias, contando menos do que a Ásia em geral (trabalhos que se dedicam a todo o continente, sem focar uma região específica) ou aqueles que lidam com o que se convencionou chamar de Ásia Global (representações da Ásia fora dos confinamentos geográficos do continente, expressos em temas como diáspora econômica, étnica, cultural ou religiosa; e a expansão capitalista asiática, por exemplo).

Nenhum país concentra mais publicações e interesses atualmente do que a China (tomada como país e região de influência), configurando o contexto mais contemplado entre os livros publicados em Ciências Sociais de 2014 a 2017. Dentre os 55 livros que falam sobre a Ásia do Leste, 39 são relacionados com a China de forma direta ou comparativa (quase 70% do total de livros sobre a Ásia do Leste e 26% do total de livros em Ciências Sociais). O excesso de publicações sobre a China não reflete apenas a sua relevância como tema intelectual, mas seu peso na agenda geopolítica e econômica internacional, o que também indica uma maior disponibilidade de recursos para pesquisas sobre esse país em geral, e um interesse flagrante de editoras ocidentais e asiáticas em “publicar” a China. Tomada individualmente, publicações sobre a China somam mais do que vários dos demais países importantes da região juntos.

O contraste é muito significativo se pensarmos que, até poucas décadas atrás, publicações sobre a Ásia do Leste estavam primordialmente voltadas para o Japão. Isso significa que o Japão deixou de ser um contexto/país interessante? Certamente que não, mas há uma notória guinada quando a China passa a ser lida, fundamentalmente, a partir da agenda de desenvolvimento global (traduzida em temas como estudos urbanos, meio ambiente, diásporas, segurança militar, segurança alimentar ou aquífera, política e democracia), em um mesmo movimento no qual o

⁷ East Asia (Ásia do Leste): que inclui China, Japão, Coreia do Norte, Coreia do Sul, Mongólia, Taiwan, Macau e Hong Kong, entre outros. Southeast Asia (Sudeste Asiático): incorporando Vietnam, Laos, Camboja, Tailândia, Myanmar, Malásia, Indonésia, Cingapura, Filipinas, Timor Leste, Brunei e diversos arquipélagos na região. Finalmente, a ASEAN, uma organização de países do Sudeste Asiático inaugurada em 1967, que incorpora doze países membros participantes ou observadores — incluindo Indonésia, Malásia, Filipinas, Cingapura, Tailândia, Brunei, Myanmar, Camboja, Laos e Vietnam, além de Papua Nova Guiné e Timor Leste —, consolidada para favorecer o desenvolvimento dos países membros.

Tabela 2 - Publicações em Ciências Sociais sobre regiões da Ásia no período 2014-2017, submetidas à versão 2017 do Prêmio de Livros da ICAS

| Região | Título | Percentual |
|--|---------------|-------------------|
| Ásia (Geral) | 4 | 2,74 % |
| Ásia (Geral) e Ásia Global | 2 | 1,37 % |
| Ásia Global | 5 | 3,42 % |
| Ásia Central | 3 | 2,05 % |
| Ásia Central e Sudeste Asiático | 3 | 2,05 % |
| Sudeste Asiático | 44 | 30,14 % |
| Ásia do Leste (Extremo Oriente) | 55 | 37,67 % |
| Ásia do Leste (Extremo Oriente) e Ásia Central | 1 | 0,68 % |
| Ásia do Leste e Ásia Global | 3 | 2,05 % |
| Ásia do Sul | 20 | 13,70 % |
| Ásia do Sul e Ásia Global | 3 | 2,05 % |
| Ásia do Sudeste e Ásia Global | 2 | 1,37 % |
| Ásia do Sul, Sudeste Asiático e Oriente Médio | 1 | 0,68 % |
| Total | 146 | 100 % |

Fonte: Elaboração do autor.

Japão ou a Coreia do Sul passam a ser, majoritariamente, representados por temas culturalistas (J-Pop, K-Pop, estudos Hallyu, media etc). A China, além disso, passa a representar o polo de oposição (e a ameaça) a uma estrutura ocidental de poder global. A mesma lógica se repete em outras sub-regiões dos Estudos Asiáticos. A Indonésia (maior país muçulmano do mundo) concentra quase 30% das publicações sobre o Sudeste Asiático, representada por temas muito mais variados do que no caso da China, como gênero, feitiçaria, desenvolvimento, refugiados, trabalho, etnografia etc., e ultrapassando em muito o número de publicações sobre os tradicionais “Tigres Asiáticos”.

Importa também observar que contextos nacionais ou regionais ter-

minam sendo associados a temáticas específicas: China a desenvolvimento e economia; Filipinas e regiões do Sudeste Asiático a política, criminalidade e democracia; Japão e Coreia aos Estudos Culturais ou a pesquisas sobre um passado que antecede o contato com o Ocidente etc., o que não impede que pesquisas sobre temas de cultura sejam feitas em torno de distintos eixos ordenadores. Para todos os casos, a agenda do desenvolvimento é o grande eixo que empresta relevância a países e regiões em termos de publicações.

Há uma tendência expressiva por estudos intra- e inter-regionais, ou seja, tanto comparando ou conectando partes do continente, como associando a Ásia a outras regiões (em especial a Europa, embora comecem a aparecer trabalhos sobre a Ásia e o Sul Global). O efeito positivo desse tipo de configuração e investigações é que contribui para o alargamento das fronteiras e do conceito de Ásia, assim como para um questionamento do próprio Sul Global em sua condição de periferia ou efeito derivativo da expansão colonial e do capitalismo ocidentais — aspecto que exploraremos na parte final deste artigo.

Cabe, ainda, outra observação sobre as unidades de análise nas investigações sobre a Ásia, tomadas a partir dessa coleção de publicações. Basicamente, temos um quadro em que os Estados Nacionais prevalecem enquanto unidades espaciais de análise, o que pode refletir diferentes variáveis. Em primeiro lugar, isso reflete uma estrutura em que os recursos financeiros para pesquisas sobre a Ásia são provenientes de agências e fundações nacionais, cujo interesse ulterior é promover pesquisas sobre o país. Isso contrasta com a existência mais restrita de mecanismos continentais (ou mesmo intrarregionais) de financiamento à pesquisa que pudessem favorecer, por exemplo, a formação de equipes multinacionais de investigadores ou mesmo a formação de capacidades intelectuais sensíveis à importância de investigações que extrapolem as fronteiras nacionais (ou de suas subdivisões, como as pesquisas sobre províncias, vilas, cidades, bairros etc.) enquanto unidades analíticas. Há, por acaso, poucos trabalhos comparando diferentes províncias, vilas ou cidades — de países ou sub-regiões asiáticas ou mesmo dentro de um mesmo país.⁸

⁸ Uma exceção é a presença relevante de publicações sobre os ASEAN (boa parte das quais financiada por países de fora do grupo) que, de fato, operam como unidade política e analítica real, diante do quadro de publicações analisado.



Figura 1 - Unidades analíticas de publicações em Ciências Sociais sobre a Ásia no período 2014-2017, submetidas à versão 2017 do Prêmio de Livros da ICAS

Fonte: Elaboração do autor.

Ademais, há também, bastante visível, uma quantidade significativa de trabalhos que lidam com análises intrarregionais, regiões e sub-regiões; ou com a própria totalidade do continente como unidade analítica; com o meio ambiente, em especial pesquisas sobre florestas; com fluxos populacionais, análises essas que, em geral, ultrapassam fronteiras nacionais. Um olhar mais detido mostra que análises de fluxos não acompanhadas por metodologias, teorias ou pesquisadores que cruzam fronteiras políticas e disciplinares acabam reforçando perspectivas nacionalistas ou “nacional-cêntricas” de temas transnacionais. É o que salientam Peggy Lewitt e Samjeev Khagram, denunciando que o estudo de práticas transnacionais nem sempre vem acompanhado de um olhar sobre teorias transnacionais.⁹ Valeria, igualmente, investir em uma refle-

⁹ Peggy Lewitt e Samjeev Khagram, “Constructing Transnational Studies”, in Peggy Lewitt e Samjeev Khagram, *The Transnational Studies Reader: Intersections and Innovations* (Nova York: Roudledge, 2008), pp. 1-22.

xão que coteje pesquisas e publicações sobre temas que extrapolam os Estados nacionais, com o desenvolvimento de teorias transnacionais e identificação dos financiadores desses projetos dispostos a observar uma Ásia em movimento, uma Ásia não centrada nos seus Estados Nacionais como unidades político-analíticas.

Finalmente, há pesquisas históricas ou de Antropologia Histórica que lidam com o colonialismo como eixo analítico fundamental e que, com isso, novamente observam a compartimentalização regional do continente a partir do mapeamento produzido por aparatos imperiais de poder (modernos ou pré-modernos, europeus ou de asiático-imperiais). Isso pode ser parcialmente observado na Figura 1.

Em termos de representação das áreas em Ciências Sociais há um predomínio da Antropologia, seguida pela História, e uma presença visível, ainda que não tão contundente, da Sociologia. Por outro lado, é possível observar a presença cada vez mais significativa de Relações Internacionais — com textos menos aprofundados e concentrados em temas que chamam a atenção de livrarias de aeroporto, antes que se dediquem a uma reflexão aprofundada. Nesse sentido, os temas mais prementes, como já exaustivamente mencionados acima, refletem uma predileção pelo tempo presente nas publicações — observando problemas prementes das sociedades asiáticas (dos países, mais que nada) em sua relação com o Ocidente ou, simplesmente, na observação de circunstâncias que afetam a Ásia.

Houve pouquíssimas publicações sobre a Antiguidade ou sobre impérios asiáticos (nesse caso, quase exclusivamente referidos à China, novamente), algumas lidando com a longa duração (*textbooks* sobre economia chinesa ou asiática entre a Antiguidade e o século XX, sobre parentesco e poder na Coreia entre os séculos V e IX, ou sobre medicina budista no século XV) e outros que comparam vários períodos distintos (séculos XVIII e XX, por exemplo), alguns trabalhos que lidam com cortes cronológicos produzidos pelo colonialismo europeu na Ásia e que se referem, majoritariamente, aos séculos XIX e XX e a temas da gestão colonial. A grandíssima maioria dos trabalhos, como sobredito, está confinada a abordagens da contemporaneidade ou, quando não, à passagem do século XX para o XXI — para o caso do Comitê de Ciências Sociais, publicações sobre contemporaneidade totalizaram 68% dos livros recebidos.

Quem fala pela Ásia? Políticas editoriais e produção de conhecimento

O peso das políticas editoriais na definição das prioridades não é pequeno, assim como o impacto que essa dimensão tem na configuração de hegemonias políticas nos Estudos Asiáticos, o que se verifica em diversas dimensões.

Embora qualquer livro esteja apto a ser premiado, procedimentos que dependem diretamente da capacidade das editoras de investir na sua publicação (em termos de revisão de texto, acabamento do livro, divulgação e distribuição) afetam decisivamente a capacidade de atingir audiências mais amplas, de ser lido, resenhado e citado com maior frequência, aumentando o impacto e a circulação da pesquisa e das ideias ali representadas. Evidentemente, alguém reclamaria que a qualidade do texto deveria ser o fator central para a premiação de um livro. E, de fato, é! Entretanto, as interferências de um bom editor tem um peso não desprezível na qualidade final do texto e na compreensão da mensagem de seu autor ou autora.

No quadro mais amplo, das mais de 350 publicações que os dois comitês receberam, a maioria esmagadora dos títulos concorrentes provém de pouquíssimas grandes editoras universitárias ou comerciais norte-americanas, britânicas ou europeias (Amsterdam, Cambridge, Harvard, Columbia, Oxford, Washington, Hawaii, Routledge, Brill, Polity, NIAS etc.) ou de algumas das grandes editoras asiáticas (de Cingapura, Hong Kong, China ou Índia, como a NUS, a ISEAS, a HKG, ou a Oxford University Press Ásia/Índia). Uma quantidade bem menor chega de pequenas editoras que concorrem com uma média de um a três livros. No cômputo geral, mais da metade das publicações recebidas provém de dez editoras. Para que se tenha uma ideia, são recebidos mais livros concorrentes de quatro ou cinco grandes editoras internacionais do que da totalidade de pequenas e médias editoras locais ou regionais, em especial aquelas dos próprios países que figuram como objeto de estudo. Além disso, grande parte dos autores dessas publicações não são asiáticos, embora alguns sejam intelectuais da diáspora asiática empregados em grandes universidades europeias ou da América do Norte. Ou seja, circulam mais livros sobre o Camboja, o Myanmar ou as Filipinas do que livros produzidos por

editoras ou de autores cambojanos, burmeses ou filipinos — em especial aqueles residentes na Ásia. Igualmente, há poucos autores publicando sobre temas que excedam seus países, o que é mais visível para aqueles contextos com menor expressão na economia política da produção de conhecimento na Ásia, como aqueles citados logo acima.

Evidentemente, isso enseja observações sobre hegemonias político-econômicas na produção e circulação internacional de conhecimento, que incluem desde a capacidade de circulação de publicações, até questões de autonomia intelectual e do controle das agendas e temáticas globais de pesquisa. No caso específico das publicações de Ciências Sociais, embora seis editoras concentrem quase 45% do mercado de publicações (Amsterdam University Press, NIAS Press, Routledge, ISEAS, Cambridge e Brill), tem-se um quadro mais democrático com a participação de pequenas e médias editoras (internacionais e asiáticas), ainda que com um número menor de publicações cada uma delas (de três a cinco livros por editora).

Mas, certamente, não são apenas as editoras que influenciam o mercado de publicações, já que ele é igualmente espelho de prioridades de agências de financiamento (públicas e privadas) que não se restringem aos limites da produção científica, mas são entrecortadas por vetores de geopolíticas internacionais. Não podemos esquecer o fortíssimo incentivo do governo americano no pós 2ª Guerra Mundial para a construção e consolidação dos chamados estudos de área (*area studies*), por meio de recursos redirecionados por fundações filantrópicas, como uma forma de reorganizar, em tempo de Guerra Fria, a geopolítica internacional de produção intelectual, repartindo o globo em áreas culturais e políticas (América Latina, Ásia, África, União Soviética etc)¹⁰. Nesse sentido, grande parte dessas publicações foi o produto de financiamentos de fundações (públicas e privadas, asiáticas ou norte-atlânticas), o que ajuda a explicar prioridades de agendas regionais, nacionais ou internacionais.

A influência de grandes vetores, instituições e expressões de interesses hegemônicos também se mostram nas temáticas e nos recortes cro-

¹⁰ Inderjet Parmar, *Foundations of the American Century*, Nova York: Columbia University Press, 2012; M. Miyoshi e H. Harootunian (orgs.), *Learning Places: The Afterlives of Area Studies*, Durham: Duke University Press, 2002.

nológicos e regionais a que grande parte dos títulos se refere. Um aspecto relevante é como as publicações recebidas compartimentalizam o campo internacional de estudos sobre a Ásia. Conforme disse acima, publicações sobre a Ásia do Leste e o Sudeste Asiático têm concentrado o maior número de textos, ensejando um interesse ocidental transversal sobre agendas do desenvolvimento na Ásia emergente ou sobre a participação do Islã asiático na esfera política, considerando contextos como Indonésia ou Malásia.

Ao nos concentrarmos em uma divisão clássica de acordo com as subáreas consagradas pelo campo de Estudos Asiáticos (East Asia, Central Asia, South e Southeast Asia etc), acaba-se escondendo a quantidade interessante de investigações que não apenas identificam novas divisões internas à região (motivadas por fluxos populacionais ou de capital, peregrinações e conflitos religiosos, conexões do crime organizado, fluxos de poluição, exploração de recursos naturais etc), mas que dificultam, enormemente, a percepção por parte das agências de financiamento ou do mercado editorial para novos regionalismos que afetam o continente asiático de forma contundente. Também essa característica de regionalismos renovados pela vida social e cultural do desenvolvimento econômico da Ásia não deixa de sofrer a interferência de agendas políticas e intelectuais dos países em sua capacidade de influenciar a manutenção de fronteiras políticas, econômicas e culturais. É o caso da presença chinesa na África, cada vez mais contundente e visível.

Por outro lado, reconhecendo o atual processo desenvolvimentista asiático em geral, e chinês em particular, como o principal eixo a partir do qual se produzem análises sobre as temáticas as mais variadas, acaba-se dando relevância a investigações que, de outro modo, teriam menos visibilidade, renovando, assim, metodologias e compreensões teóricas a respeito da ideia de uma Ásia Global ou de suas conexões. É o caso de estudos que aproximam as agendas do desenvolvimento dos ASEAN, da China ou do Sudeste Asiático. Essas, ainda poucas, pesquisas de caráter intrarregional inspiram olhares cruzados e acabam reabilitando a relevância de contextos como Camboja ou Laos, ou de espaços da Ásia Central, frente à total hegemonia da Ásia do Leste. Evidentemente, não está em disputa a relevância heurística de se estudar ou publicar sobre o Laos, mas sua relevância dentro de um mercado editorial internacional que se interessa mais por outras regiões e temas.

Nessa economia política da produção de ideias que associa regiões e temáticas, atenção especial tem de ser dada à expansão chinesa e sua competição com outras potências asiáticas e ocidentais, dentro e fora do continente asiático. Assim, começamos a ver o aparecimento de trabalhos sobre diásporas entre a Ásia, de um lado, e a África e América Latina, do outro, que não se referem ao período colonial ou à diáspora de africanos escravizados na Ásia, mas às rotas atuais de migrações, ao tema das remessas monetárias, à criação de comunidades, à discussão sobre identidades e soberanias, segurança nacional e regional, ou à expansão de um espírito do capitalismo confucionista. É uma tendência visível, mas ainda tímida, e destaques vão para os trabalhos de Iqbal Akhtar (2015) e de Adams Bodomo (2016), acima mencionado, assim como para a interessante coletânea organizada por Jaime Tejada e Bradley Tatar, *Transnational Frontiers of Asia and Latin America since 1800*.¹¹

A despeito desses e de outros textos que procuram pensar uma Ásia Global na sua relação com outras periferias do Sul Global, o alter ego comparativo dos Estudos Asiáticos continuam a ser o Atlântico Norte e a Europa, o que se explica, entre outros aspectos, pela configuração de grupos de pesquisa e pela disponibilidade de recursos para investigações que lidem com a Ásia como uma “unidade êmica”. Enquanto isso, na própria Ásia, os recursos disponíveis tendem a privilegiar pesquisas sobre o Estado Nação, seus limites e agendas de expansão.

Considerando esse cenário, alguém poderia sugerir que, como em outros campos da produção científica, iniciativas como o Prêmio da ICAS tendem a reforçar estruturas desiguais na produção e circulação de conhecimento. De fato, poderia ser o caso. Contudo, vem se consolidando um movimento de constante contrapartida dos organizadores e do conselho dessa associação no sentido de facilitar mecanismos de democratização, evitando-se a prevalência de um modelo eurocêntrico e norte-atlântico de escrita e publicação sobre a Ásia, desafiando, assim, o reforço de hegemonias intelectuais.

¹¹ Iqbal Akhtar, *The Khōjā of Tanzania: Discontinuities of Postcolonial Religious Identity*, Leiden: Brill, 2015; Adams Bodomo (org.), *Africans in China: Guangdong and Beyond*, Nova York: Diasporic Africa Press; Jaime Tejada e Bradley Tatar (orgs.), *Transnational Frontiers of Asia and Latin America since 1800*, London: Routledge, 2016.

Ampliando as fronteiras da Ásia

O Prêmio de Livros da ICAS existe desde 2004, tendo tido sua primeira edição durante a 4ª Reunião da ICAS, em Xangai, em 2005. Desde então, o prêmio foi financiado pela Biblioteca da Ásia da Universidade de Leiden, uma das maiores e mais importantes do mundo no tema. Ao longo desses doze anos, o número de livros concorrentes passou de quarenta (em 2005) a mais de trezentos e cinquenta (em 2017). Se considerarmos os livros recebidos e desqualificados de acordo com os critérios de seleção do concurso (por serem guias históricos, textos de literatura ficcional, itens enviados diretamente pelos autores etc.), o número de livros recebidos entre 2014 e 2017 chega a mais de quinhentos, além de quase duzentas teses e dissertações que concorrem em uma categoria separada.

Tendo se convertido em um dos maiores prêmios mundiais na área de Ciências Humanas e Sociais do mundo, o secretariado da ICAS, a direção e o conselho do Instituto Internacional de Estudos Asiáticos (IIAS) vêm promovendo medidas no sentido de, efetivamente, internacionalizar a representatividade do concurso e a própria associação e, simultaneamente, globalizar os Estudos Asiáticos. Em 2017, tivemos a 7ª edição do Prêmio ICAS que, além de contar com um número recorde de candidaturas, passou a incluir publicações em chinês, alemão, coreano, francês. Isso significou o recebimento de mais de duzentos títulos nessas línguas e, mais importante, o reconhecimento de que existe uma cena editorial sobre a Ásia que possui prioridades distintas daquelas do quadro anglofônico hegemônico. A esse respeito, na 8ª edição do ICAS Book Prize (que coincidirá com a 11ª ICAS, a ser sediada na Universidade de Leiden, Holanda, em 2019), outras línguas serão incorporadas, como o japonês e, possivelmente, o italiano.

Mas e o Sul Global? O que a África e a América Latina têm a dizer sobre a Ásia, se é que teriam? Essa poderia ser ainda uma provocação de alguém a ressaltar, com total razão, que, a despeito de promover a democratização e internacionalização do prêmio por aceitar publicações e teses em línguas outras que não o inglês (o que, por si só, desafia tradições consolidadas pela economia política da produção intelectual internacional), ainda estamos lidando com um quadro hegemônico de editoras, agências de fomento, agendas científicas e quadros intelectuais, de uma forma ou de outra, egressos da Europa, da América do Norte

ou dos *gate-keepers* (os países ricos e centrais) asiáticos. Afinal, incluir a Coreia do Sul, o Japão, a China, Cingapura ou Hong Kong, que concentram grande parte do que se investiga e publica sobre e na Ásia, não altera o quadro mais amplo das hegemonias.

Em 2012, iniciou-se, em Lusaka (Zâmbia), uma importante iniciativa promovida pelo IIAS, a ICAS, o Programa Sul-Sul de Cooperação e Pesquisa sobre Desenvolvimento (Sephis) e o Social Science Research Council dos EUA (SSRC), em parceria com um conjunto de instituições asiáticas e internacionais, em prol da reversão do quadro de hegemonias políticas globais na produção de conhecimento. Ali foi realizada a primeira reunião daquela que seria mais tarde a Associação Africana de Estudos Asiáticos, finalmente consolidada em 2015 (e sediada na Universidade de Acra, Gana) com o evento Asia-Africa: New Axis of Knowledge. Naquele ano, além de uma conferência com a participação de 350 delegados, a ICAS inaugurou um prêmio exclusivo para publicações africanas sobre a Ásia, em línguas inglesa, francesa e portuguesa. Foi laureado o livro de Adam Lifshey,¹² e foram oferecidas menções honrosas a outras quatro publicações em um total de cerca de vinte e cinco publicações concorrentes. Em setembro de 2018, será promovido o segundo encontro da iniciativa Ásia-África, na Tanzânia, priorizando as conexões por meio do Índico.

Outro espaço importante de reflexões sobre a Ásia é a América Latina. Ao contrário da cena mais hegemônica internacional dos Estudos Asiáticos, a curiosidade pela Ásia na América Latina tem distintas origens e é entrecortada por trajetórias muito peculiares. O interesse latino-americano, desde o século XIX, pelo “Oriente” (posteriormente reconceitualizado como “Ásia” e que, apenas muito recentemente, começa a se autonomizar da África), tem sido apenas parcialmente identificado e historicizado.¹³

¹² Adam Lifshey, *The Magellan Fallacy: Globalization and the Emergence of Asian and African Literature in Spanish*, Ann Arbor: Michigan University Press, 2012.

¹³ Ariel Gasquet, *Oriente al Sur*, Buenos Aires: Peudeba, 2007; Ariel Gasquet, *El llamado de Oriente*, Buenos Aires: Peudeba, 2015; Ariel Gasquet e Jean Paul Dubost, *Les Oriens desorientés*, Paris: Kimé, 2013; Claudio Costa Pinheiro, “Cartographies of Asia in Latin America”, *IIAS Newsletter*, n. 72 (2015), pp. 36-7; Claudio Costa Pinheiro “拉丁美洲人眼中的亚洲版图——对亚洲过去、当代和未来的研究 [Asia through Latino Eyes. Latin America and Asia in the Past, Present and Future Research]”, in Ke Zhang (org.), 5 亚洲的历史与文化 [Re-narrating History and Culture in Asia] (Shanghai: Fudan University Press, 2017); Susanne Klengel e Alexandra Wallner (orgs.), *Sur/South: Poetics and Politics of Thinking Latin America – India*, Madrid: Iberoamericana Vervuert Verlag, 2016.

Em suas origens no final dos Oitocentos, o interesse latino-americano estava bastante orientado pelas agendas e pela curiosidade europeias sobre a Ásia (e, portanto, *orientalistas*). Parte importante das publicações disponíveis em português e espanhol correspondia a traduções de publicações europeias. É importante mencionar, apenas tangencialmente, que algumas das matrizes do interesse latino-americano sobre a Ásia estiveram e estão ligadas à presença de comunidades de migrantes (japoneses, coreanos e, mais recentemente, chineses), que constituíram arquivos, periódicos e associações étnico-nacionais; da religião, que vai desde a teosofia até as influências difusas do hinduísmo e do budismo sobre religiões espiritualistas, movimentos culturais (desde a contracultura expressões do *new age*), do xintoísmo e do confucionismo ou mesmo a prática da ioga; da literatura e das agendas políticas do século XX.¹⁴

Ao longo do século XX, a ideia e as delimitações de uma geografia do conhecimento latino-americano sobre a Ásia mudaram consideravelmente. Nos anos 1950-1960, período que coincide com o início do processo de descolonização na Ásia e na África e que antecede a explosão das ditaduras na América Latina, assiste-se à institucionalização de diversos centros de pesquisa e de periódicos acadêmicos dedicados à Ásia em associação com a África, seguindo o espírito de consolidação de propostas alternativas periféricas ao desenvolvimento, produzidas a partir dos encontros de Bandung (1955) e da consolidação do Movimento de Países Não-Alinhados (1961). Países como Brasil, Argentina, Colômbia, Chile e México investiram na institucionalização dessa agenda a partir de fins dos anos 1950, e o estudo da Ásia passaria por transformações em nosso continente: sendo, indefectivelmente, conectado ao estudo da África (e de mecanismos de resistência terceiro-mundistas), abandona,

¹⁴ Em especial sobre as trajetórias da institucionalização da Ásia na América Latina, como tema de pesquisa e interesses intelectual, artístico e, finalmente, acadêmico, ver as contribuições de Gasquet e Pinheiro, antes referidas. Sobre a teosofia, ver os trabalhos de Marta Arzú, “La influencia de la teosofia en la emancipación de las mujeres guatemaltecas: la Sociedad Gabriela Mistral”, *Anuario de Estudios Centroamericanos*, v. 27, n. 1 (2001), pp. 31-58; Marta Arzú, “La creación de nuevos espacios públicos en Centroamérica a principios del siglo XX: la influencia de las redes teosóficas en la opinión pública centroamericana”, *Revista Historia*, n. 46 (2002), pp. 11-59; Marta Arzú, “El vitalismo teosófico como discurso alternativo de las elites intelectuales centroamericanas en las décadas de 1920 y 1930. Principales difusores: Porfirio Barba Jacob, Carlos Wyld Ospina y Alberto Masferrer”, *Revista de Estudios Históricos de la Masonería Latinoamericana y Caribena*, v. 3, n. 1 (2011), pp. 82-120.

agora, seu caráter diletante de curiosidade aristocrática, que caracterizou o fim do século XIX e princípios do XX, e perdeu um pouco de seu caráter religioso-espiritualista.

Um momento fundamental de mudanças se dá com a fundação da Associação Latino-Americana de Estudos Africanos e Asiáticos (ALADAA), em 1976, ainda em funcionamento. Embora nem sempre estável ou ativa em suas representações regionais, a ALADAA continua sendo o mecanismo disponível para o debate e a produção de pesquisas e publicações sobre a Ásia na América Latina. Em 2016, a Associação completou quarenta anos de existência com uma reunião em Santiago do Chile que demonstrou a pujança do debate sobre a Ásia e a África em nosso continente, tanto no número de participantes, quanto na circulação de publicações e lançamentos sobre a Ásia produzidos na América Latina.¹⁵

Nesse sentido, importa salientar que a divisão de regionalismos que estrutura o campo internacional de Estudos Asiáticos não se reproduz na América Latina, que desenvolveu suas próprias agendas, tradições e intercâmbios com regiões específicas da Ásia, o que se reflete em uma representação da geografia asiática razoavelmente distinta daquela que temos para o caso do campo internacional de Estudos Asiáticos. Desde os anos 1950, a Ásia latino-americana é uma Afro-Ásia, e isso se reflete, em alguma medida, no campo de pesquisas e publicações em nosso continente. Mas, mesmo com um quadro institucional (de centros de pesquisa sediados em universidades ou em instituições independentes) e com uma capacidade intelectual cada vez mais estruturada no continente, a cena latino-americana de investigação especificamente sobre a Ásia permanece em grande medida descolada do quadro internacional dos Estudos Asiáticos.

Nesse sentido, algumas medidas têm sido tomadas para a promoção de um questionamento sistemático, tanto de agendas intelectuais (teóricas, metodológicas, ontológicas, epistêmicas etc.), quanto na esfera da institucionalização de pontes mais concretas entre a produção latino-americana e o quadro mais amplo de estudos sobre a Ásia. Em novembro de 2016, uma parceria entre a Sefhis, a ICAS, o IIAS e outras instituições organizou um *workshop* com a participação de mais de trinta

¹⁵ ALADAA. XV Congreso Internacional de ALADAA, 11-14/01/2016, Santiago, Chile. Relatório do evento.

intelectuais de todo o continente para debater os limites e os desafios da pesquisa sobre a Ásia. A partir dessa reunião, configurou-se a Plataforma Latino-Americana de Estudos Asiáticos, que se reuniu novamente, durante a 10ª Reunião da ICAS, na Universidade de Chiang Mai, em 2017. Além disso, estabelecemos pontes com outras associações de estudos de área: a Latin American Studies Association (LASA), a Asia-Africa Network e a East Asian Network of Latin American Studies (uma associação envolvendo a Universidade de Beijing, a Associação Japonesa de Estudos Latino-Americanos e a Associação Coreana de Estudos Latino-Americanos, iniciada em julho de 2016).

Esse conjunto de instituições latino-americanas interessadas pela Ásia, assim como asiáticas interessadas pela América Latina, bem como europeias e norte-americanas, tem ajudado a construir estratégias de promoção dos Estudos Asiáticos em regiões do Sul Global, tradicionalmente sub-representadas. Nesse sentido, importa mencionar que essa foi a primeira vez que um latino-americano participou como jurado do Prêmio de Publicações da ICAS e que integra o conselho da mesma Associação, o que — antes de sugerir meritocracia ou egolatria deste que aqui escreve — demonstra o quão alheia a América Latina tem estado das discussões internacionais sobre a Ásia, a despeito da longa história de interesses de nosso continente pelo Oriente. Assim, é importante mencionar, para concluir este artigo, que, para a próxima Reunião da ICAS (em julho de 2019, na Universidade de Leiden), teremos a premiação do melhor livro da ICAS estendido ao espanhol e ao português, incluindo publicações latino-americanas e ibéricas realizadas a partir de 2014.

A ausência da América Latina desse quadro mais amplo é uma perda importante para o debate internacional de Estudos Asiáticos, bem como para o progresso internacional das Ciências Sociais e Humanas, para o qual questões que afetam as periferias do Sul Global podem iluminar dimensões pouco visitadas pelo *mainstream* da Teoria Social. Tal mudança ganha relevância diante do presente interesse generalizado por histórias globais que conectem espaços geográficos e políticos normalmente esquecidos pela reflexão.¹⁶ Além disso, um dos motivos impor-

¹⁶ Samir Amin. *Global History: A View from the South*, Cape Town: Pambazuka Press, 2013.

tantes para se encorajar esse diálogo e a promoção de Estudos Asiáticos no continente está em que o estudo da Ásia na América Latina opera como um questionador da condição epistêmica e ontológica de nosso continente enquanto parte do Ocidente e não como mera derivação da expansão colonialista ou do capitalismo ocidentais.

Recebido em 10/8/2017 e aprovado em 8/12/2017.

Resumo

Em 2017, realizou-se a 7ª Edição do Prêmio de Livros da 10ª Reunião da Associação Internacional de Pesquisadores de Ásia (ICAS), do qual participei como jurado. O júri analisou e premiou as melhores publicações dentre as mais de trezentos e cinquenta sobre a Ásia no mundo, editadas entre 2014 e 2017. Este artigo parte do Prêmio de Livros da ICAS para discorrer sobre o processo de premiação, refletindo a respeito de como a coleção de publicações recebidas nesse triênio permite observar o quadro internacional dos Estudos Asiáticos. Finalmente, procuro discutir o lugar periférico do Sul Global no contexto internacional de Estudos Asiáticos.

Palavras-chave: Ásia - Publicações - Produção acadêmica internacional - Sul Global.

Abstract

In 2017, there occurred the 7th edition of the 10th ICAS (International Convention of Asian Scholars) Book Prize, in which I participated as member of the jury. The jury analyzed and awarded the best publications on Asian Studies edited between 2014 and 2017, selected from a total of more than three hundred and fifty publications submitted from all over the world. The aim of this article is to introduce the ICAS Books Prize judgment process and use it as a starting point to discuss how the collection of works submitted help analyzing the international framework of Asian Studies and, finally, to reflect on the peripheral position of the Global South within the international context of Asian Studies.

Keywords: Asia - Publications - International academic production - Global South.